São Paulo, 23 de junho de 2021

À Dra. Amanda Athayde Linhares Martins Rivera

*Subsecretária da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público – SDCOM,*

*Subsecretaria de Comércio Exterior - SECEX*

*Subsecretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais - SECINT*

*Ministério da Economia - ME*

[*decomdigital@economia.gov.br*](mailto:decomdigital@economia.gov.br)

Ref.: Consulta Pública para contribuições sobre as minutas de Portarias SECEX disciplinadas pela Circular SECEX nº 36, de 21 de maio de 2021

Prezada Subsecretária,

O Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (“**IBRAC**”) cumprimenta esta D. Subsecretaria pela iniciativa de estreitar, ainda mais, o canal de comunicação com a sociedade por meio da presente Consulta Pública. É com satisfação que notamos a reafirmação do compromisso da SECEX com a transparência e o diálogo, com o objetivo de cada vez mais fortalecer e trazer previsibilidade e segurança jurídica aos processos de defesa comercial no Brasil.

Nesse espírito de cooperação e aprimoramento, vimos por meio desta apresentar manifestação anexa no âmbito da Consulta Pública referente à proposta de transição da plataforma de condução dos processos de defesa comercial do Sistema Decom Digital (“**SDD**”) para o Sistema Eletrônico de Informações (“**SEI**”). Os comentários ora apresentados refletem a experiência prática dos mais de 100 profissionais que integram o Comitê de Comércio Internacional do IBRAC, os quais têm atuado direta e rotineiramente em procedimentos de defesa comercial no Brasil e no exterior nos últimos anos.

Desde logo congratulamos os esforços empregados por esta D. Subsecretaria na consideração das sugestões apresentadas em prévias consultas públicas relativas ao aprimoramento do SDD, bem como na elaboração do “*Estudo de viabilidade e proposta para a transição da condução das investigações de Defesa Comercial do Sistema Decom Digital para o Sistema Eletrônico de Informações, com unificação processual com as investigações de Interesse Público*” (“**Estudo de Viabilidade**”). Tal documento desempenha papel fundamental para a orientação e aprofundamento da discussão ora tratada.

Reafirmamos aqui nosso firme compromisso de diálogo e colaboração para o contínuo aprimoramento dos procedimentos que competem a esta D. Subsecretaria, e que tanto contribuem para o desenvolvimento da política comercial do País, colocando-nos à disposição.

Atenciosamente,

**Renê Guilherme S. Medrado**

Diretor de Comércio Internacional

**Fernando Benjamin Bueno Carolina Jezler Müller**

Coordenador – Comitê de Com. Int. Coordenadora – Comitê de Com. Int.

1. **Desempenho do Sistema Decom Digital**

Como apresentado por esta D. Subsecretaria no Estudo de Viabilidade[[1]](#footnote-1), a adoção de um sistema digital para condução dos processos de defesa comercial – iniciada com a Portaria SECEX nº 58, de 29 de julho de 2015 e atualmente regulamentada pela Portaria SECEX nº 30, de 7 de junho de 2018 – representou um avanço importante no acesso dos administrados a processos administrativos em âmbito federal atinentes à defesa comercial no Brasil.

Nos últimos cinco anos, a implementação do SDD trouxe transparência e acessibilidade aos processos de defesa comercial, além da promoção de inúmeras eficiências inerentes ao tratamento digital de autos processuais. Esses benefícios puderam ser aproveitados tanto pelos usuários das ferramentas de defesa comercial no Brasil quanto pela própria D. SDCOM, em consonância com os princípios de economia e eficiência processual.

Entretanto, em que pese as contribuições do SDD, o sistema não está isento de críticas e espaço para aprimoramento. Neste sentido, como indicado por esta D. Subsecretaria no Estudo de Viabilidade[[2]](#footnote-2), o IBRAC e outras entidades de classe já tiveram a oportunidade de se manifestar sobre limitações identificadas e sugestões de melhorias para o SDD, no âmbito da Consulta Pública de 2018/2019 para Agenda Regulatória de Comércio Exterior do Brasil,

Reforçando os pontos levantados naquela oportunidade, destaca-se que, dentre as principais limitações observadas pelos usuários do SDD, estão a demora de processamento e as instabilidades no sistema. Esses fatores, que se nota serem recorrentes -- e não esporádicos --, prejudicam o acesso de administrados ao SDD e aos próprios procedimentos de defesa comercial do qual são partes, não raro levando à interdição temporária da capacidade de protocolar manifestações e documentos nos autos.

Essas limitações do sistema atual implicam em outros problemas, como a morosidade na realização de ações através do SDD, mobilização e dispêndio de recursos desproporcionais por parte dos usuários na lida com o SDD (por exemplo, em relação a equipes de suporte de Tecnologia da Informação – “**TI**”), sobrecarga das equipes de suporte de TI do próprio Ministério da Economia e geração de insegurança jurídica. Os prejuízos decorrentes da impossibilidade de acesso a documentos ou de submissão de documentos dentro do prazo processual determinado são ainda mais gravosos, vez que impactam diretamente o devido processo legal e o pleno exercício do contraditório e ampla defesa pelas partes em processos de defesa comercial.

Outra limitação trazida pelo SDD, de ordem prática, é a necessidade do uso do aplicativo JAVA. A utilização desse aplicativo subordina o acesso ao SDD pelo Internet Explorer, navegador da Microsoft que apresenta problemas de operabilidade e segurança, em razão da sua última atualização ter ocorrido em 2016. Conforme manifestações da própria Microsoft, inclusive mencionadas no Estudo de Viabilidade, não existe atualmente expectativa ou intenção por parte deste provedor de atualizar o navegador, reforçando que a ferramenta deve se tornar cada vez mais obsoleta e imprópria para uso. Ainda que seja possível considerar a substituição ou alteração do aplicativo JAVA, ressalta-se que esta alternativa implicaria em custos para a d. SDCOM e para os usuários do sistema, sendo certo que o SEI não contém tal limitação e não está subordinado à utilização do Internet Explorer.

Considerando todos os pontos mencionados acima, entendemos que, apesar dos desenvolvimentos e benefícios trazidos pelo SDD nos últimos cinco anos, deve-se aproveitar a presente oportunidade para endereçar as limitações do sistema atual de condução de processos de defesa comercial. Assim, a posição deste Instituto é pela efetiva transição para o sistema SEI, bem como pela implementação das salvaguardas práticas e operacionais necessárias para se preservar os direitos e garantias processuais assegurados legalmente aos usuários do sistema de defesa comercial brasileiro.

1. **Segurança e unificação dos sistemas**

Um ponto de extrema relevância que deve ser endereçado na análise sobre a transição do SDD para o SEI diz respeito à segurança proporcionada pelo novo sistema cogitado. Considerando a necessidade de confidencialidade nos processos de defesa comercial, se torna essencial que os parâmetros de acesso e de garantia ao tratamento confidencial aos documentos e informações sejam mantidos.

Assim, cumpre observar que o SEI tem demonstrado atender este padrão de tratamento de confidencialidade. Nesse sentido, nota-se que o sistema abriga os processos que tramitam perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“**CADE**”), os quais exigem elevado grau de proteção e confidencialidade, que tem sido satisfatoriamente alcançado.

A adaptabilidade dos processos confidenciais do SEI para atender às demandas dos processos de defesa comercial foi, inclusive, um dos pontos abordados e confirmados pelo Estudo de Viabilidade desta D. Subsecretaria[[3]](#footnote-3). Entretanto, divergimos da sugestão proposta pelo Estudo de Viabilidade no sentido de que autos “confidenciais” e “restritos” no SDD sejam cadastrados como processos “restritos” no SEI. Ainda que a minuta de portaria proponha, no Art. 4º, §§ 1º, 2º e 4º, que os autos restritos e confidenciais de defesa comercial terão nível de acesso “restrito”, o IBRAC sugere, respeitosamente, que esta D. Subsecretaria aplique o tratamento classificado como “sigiloso” pelo SEI.

O tratamento sigiloso dos autos no SEI é essencial para resguardar a confidencialidade dos pleitos de defesa comercial, sobretudo até o momento da publicação da circular de abertura no Diário Oficial da União. Com a utilização do nível de acesso meramente “restrito”, os andamentos processuais ficariam disponíveis, o que resguardaria apenas parcialmente a confidencialidade do pleito e permitiria o acesso público às movimentações processuais[[4]](#footnote-4).

A indicação de movimentação nos autos é capaz de trazer vantagem significativa para um concorrente, podendo também revelar informações estratégicas do pleito que terão efeito prejudicial ao peticionário. Essa situação pode violar as disposições do Art. 58 do Decreto n. 8.058/13[[5]](#footnote-5) e o Art. 6.3 do Acordo *Antidumping*[[6]](#footnote-6), que limitam o direito de acesso a autos restritos do processo às partes interessadas devidamente habilitadas.

Para os antigos autos “restritos” e “confidenciais” do SDD, o acesso às movimentações processuais é concedido apenas às partes habilitadas ou apenas aos técnicos da D. SDCOM. Tal nível de confidencialidade deve ser mantido no SEI, sobretudo antes da abertura da investigação, através de processos sigilosos em que os andamentos e documentos sejam disponibilizados apenas para usuários com permissão especifica e não sejam passíveis de recuperação via pesquisa de processos junto ao SEI[[7]](#footnote-7).

Assim, considerando a atual experiência com o SEI em outros contextos, bem como as alternativas de adaptação para acomodação dos níveis de confidencialidade presentes atualmente nos processos de defesa comercial, acreditamos que o sistema proporciona a segurança necessária para que a transição seja implementada.

Além disso, outro ponto que reforça a promoção de segurança aos processos de defesa comercial pela adoção do SEI, e que traz outros benefícios para a transição cogitada, é referente à unificação dos sistemas eletrônicos.

Hoje, o SEI já é utilizado para tramitação de “*pré-pleitos de defesa comercial, processos de interesse público [...], processos administrativos gerais, ofícios para outros órgãos, recursos e pedidos de reconsideração em matéria de defesa comercial e interesse público, submissão das recomendações da Subsecretaria para as autoridades competentes para a tomada de decisão nos processos conduzidos*”[[8]](#footnote-8) e outros, como adequadamente enumerado no Estudo de Viabilidade.

Dessa forma, a unificação dos diferentes tipos de procedimento sob um sistema, para além de trazer eficiências relacionadas à segurança, facilidades de acesso e suporte, promove uma maior compatibilização com os processos de interesse público e outros que já se valem do SEI – com efetividade e segurança.

1. **Viabilidade da transição**

À par das considerações sobre as limitações verificadas na operação do SDD e a presença dos elementos necessários para garantir a segurança e outras eficiências na adoção do SEI, entendemos que a viabilidade da transição em si também está plenamente demonstrada. Isso se dá pela verificação de plena compatibilidade entre o SDD e o SEI no tocante às funcionalidades existentes no primeiro e que se fazem necessárias para a condução dos processos de defesa comercial.

Em conformidade com as conclusões alcançadas pelo Estudo de Viabilidade desta D. SDCOM, após minuciosa análise das funcionalidades dos dois sistemas, vê-se que o SDD e o SEI apresentam ferramentas aptas para as funções de peticionamento de novos processos, peticionamento intercorrente e acesso ao processo por usuários externos em investigações em curso. Além disso, ambos o SDD e o SEI também oferecem ferramentas para o usuário interno, visando o controle de processos e disponibilização de acesso aos usuários externos, comandos de inclusão de documentos, atribuição e encerramento de processos. Em relação a essas ferramentas, apesar da necessidade de alguma adaptação às funções já disponíveis, as soluções já antecipadas pela D. Subsecretaria se demonstram factíveis e adequadas para a transição do SDD para o SEI.

Além de eventuais adaptações necessárias, o Estudo de Viabilidade ainda apontou a existência de funcionalidades que não seriam de qualquer modo abarcadas pelo SEI. Tratam-se, especificamente, da (i) aba de acesso exclusivo aos documentos do usuário externo, (ii) aba de pendências, (iii) protocolo exclusivo para partes não habilitadas, (iv) painel geral da investigação para o usuário interno e (v) abas específicas para análise dos documentos, edição de dados, controle dos usuários e administração.

Entendemos que a ausência de correspondências para tais ferramentas no SEI não apresenta prejuízos na grande maioria dos casos. Ainda, o IBRAC entende que as alternativas propostas no Estudo de Viabilidade para funcionalidades relevantes não contempladas no SEI são viáveis e adequadas. Ressalta-se, nesse sentido, a informação das pendências por meio de ofício às partes interessadas[[9]](#footnote-9) e o protocolo de partes não habilitadas, para devida habilitação nos autos, por meio de protocolo intercorrente[[10]](#footnote-10) - em ambos os casos, procedimentos de praxe utilizados com sucesso em outros tipos de processos que tramitam no SEI.

Ademais, também se menciona que o uso do SEI poderia trazer outras eficiências em comparação com a operação do SDD, como a simplificação de petição e outras ações nos autos digitais, além da disponibilização pública dos andamentos processuais, o que confere maior transparência e publicidade aos processos de defesa comercial, sem comprometer o sigilo e a confidencialidade das informações.

Portanto, o IBRAC expressa sua concordância com as conclusões alcançadas no Estudo de Viabilidade, no sentido de que a transição do SDD para o SEI é viável e de que não existem funcionalidades do SDD que não sejam passíveis de adequação ao SEI de modo a não causar prejuízos os usuários.

1. **Assinatura por meio de certificado digital**

O IBRAC sugere, respeitosamente, que esta D. Subsecretaria revisite o posicionamento pela exigência de que todos os “*documentos sejam previamente assinados por meio de certificado digital para o posterior upload via SEI*”.[[11]](#footnote-11) Segundo o Estudo de Viabilidade, tal exigência decorreria da própria legislação de defesa comercial[[12]](#footnote-12) e em razão da falta de mecanismos próprios no SEI para esse fim[[13]](#footnote-13).

No entender deste Instituto, tal exigência levaria a um ônus excessivo para os usuários de processos de defesa comercial, tendo em vista a quantidade muitas vezes expressiva de arquivos, em diversos formatos (Word, Excel, PDF, print screen, PPT, etc.), que devem ser protocolados nas diferentes etapas desses processos. Assim, nota-se que o próprio Estudo de Viabilidade sugere a esta D. Subsecretaria a modulação da exigência em comento, “*tendo em vista que o SEI assegura a segurança e a confidencialidade de documentos por meio de assinatura realizada por meio de usuário e senha*”.[[14]](#footnote-14) A comprovação da autenticidade dos documentos é ainda reforçada pelo Cadastro de Usuário Externo do SEI, que já exige que o usuário preencha e assine o Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, submetendo-o juntamente com um documento original de identificação civil por uma das formas abaixo:[[15]](#footnote-15)

1. enviar o PDF do Termo **preenchido e assinado com Certificado Digital ICP-Brasil** para o e-mail sei@economia.gov.br;
2. enviar o PDF do Termo **preenchido e assinado com o Assinador Digital do Governo** Federal (https://assinador.iti.br/) para o e-mail sei@economia.gov.br; ou
3. enviar o PDF do Termo **preenchido, assinado de próprio punho e digitalizado por meio do Protocolo Digital** do Ministério da Economia (https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-da-economia).

Desse modo, os atos processuais nos processos de defesa comercial, se submetidos através de usuário e senha do SEI, atenderão aos requisitos de autenticidade, integridade, temporalidade, não repúdio, conservação e confidencialidade positivados na “*Prática Eletrônica de Atos Processuais*” do Código de Processo Civil de 2015.[[16]](#footnote-16) Ademais, mesmo considerando que a legislação brasileira de defesa comercial exige que os atos processuais sejam assinados digitalmente com o emprego de certificação digital, reforça-se que o Cadastro de Usuário Externo já cumpre com a exigência de assinatura digital nos atos processuais, ao condicionar a inscrição do usuário ao Termo de Declaração de Concordância e Veracidade devidamente assinado nos moldes exigidos pela Lei.[[17]](#footnote-17)

Alternativamente, o IBRAC sugere o estabelecimento de requisito para assinatura de um Termo de Responsabilidade nos protocolos através do SEI, o qual certificaria a veracidade das informações contidas nos documentos anexos. Outra possibilidade seria exigência da assinatura digital somente para a petição de encaminhamento dos documentos, contendo a lista dos demais anexos que estariam sendo protocolados conjuntamente. Essas soluções, na visão dos membros do IBRAC, podem ser alternativas que também atendam aos requisitos legais impostos pelo Art. 17 da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, ao mesmo tempo quem evitam ônus excessivo para as partes nas investigações de defesa comercial.[[18]](#footnote-18)

1. **Limitações do sistema – limite no tamanho de arquivo e tempo para protocolo**

O IBRAC identificou que, no uso do SEI, os usuários externos enfrentariam algumas limitações até então inexistentes no uso do SDD, a saber, referentes ao tamanho dos arquivos submetidos para protocolo e ao tempo de submissão (‘*upload*’) pelo sistema de todos os documentos compreendidos em um protocolo.[[19]](#footnote-19)

Nesse sentido, em relação ao tamanho dos documentos submetidos, o IBRAC respeitosamente requer que a D. Subsecretaria esclareça se prevalece a determinação da Cartilha do Usuário Externo do SEI ou da informação disposta no Estudo de Viabilidade, considerando que naquele documento o tamanho máximo dos documentos para protocolo seria de 30 MB, enquanto neste seria de 300 MB.[[20]](#footnote-20)

Esse esclarecimento é necessário na medida em que o tamanho de 30 MB é, muitas vezes, insuficiente para suportar o grande volume de informações constantes em documentos em formato de PDF ou em planilhas em formato Excel utilizados nos pleitos de defesa comercial. Do mesmo modo, a impossibilidade de submissão de determinados documentos, em razão de seu tamanho, poderia prejudicar o direito à ampla defesa das partes nos processos de defesa comercial, comprometendo as eficiências almejadas na adoção do novo sistema caso se faça necessário repartir as informações presentes originalmente em um único documento em diversos arquivos.

Buscando otimizar o resultado desta Consulta Pública, sugerimos que, caso a limitação de 30 MB seja inalterável, esta D. Subsecretaria se disponha a aceitar alternativas para o compartilhamento dos documentos em casos que o tamanho dos arquivos exceda o limite do sistema. Uma possível solução seria o envio dos documentos por meio de *links* disponibilizados através do compartilhamento de documento em nuvem, procedimento já utilizado habitualmente nos processos administrativos perante o CADE, por exemplo, que habitualmente utiliza o SEI na administração dos processos administrativos em trâmite perante aquela autarquia.

A outra limitação verificada, conforme indicado acima, se refere ao tempo de protocolo. Conforme verificado na Cartilha do Usuário Externo do SEI e indicado no Estudo de Viabilidade, o processo de protocolo terá duração máxima de *uma hora*, considerando o tempo entre o primeiro e o último documento submetido no sistema. Caso este prazo não seja respeitado, o processo de envio dos documentos será cancelado e o usuário deverá recomeçar a operação.

Em primeiro lugar, é relevante pontuar que a necessidade de um longo período para o protocolo em processos de defesa comercial se dá, na maioria das vezes, em razão das instabilidades apresentadas pelo SDD. Assim, uma vez resolvidos os problemas de instabilidade através do SEI, a necessidade de longos períodos para realização dos protocolos deverá ser mitigada.

Entretanto, não se pode ignorar que a limitação a uma hora condicionada pelo uso do SEI poderá representar um obstáculo na realização de protocolos, com potencial considerável de gerar prejuízo às partes nos processos de defesa comercial. Ressalta-se mais uma vez que diferentes etapas do processo de defesa comercial demandam o protocolo de uma quantidade expressiva de arquivos, podendo demandar mais de uma hora para a sua execução. Em vista da existência dessas situações, seria de extrema importância que as partes tivessem uma alternativa, institucionalizada legalmente, que evitasse a desconsideração do protocolo caso se extrapolasse um tempo limite determinado, de modo a evitar maiores ineficiências e entraves na utilização do sistema de protocolo.

1. **Institucionalização da troca de e-mails**

Por fim, o IBRAC aproveita para trazer à atenção desta D. SDCOM um último ponto que, em que pese não ter sido tratado diretamente no Estudo de Viabilidade ou mencionado na minuta da Portaria, consiste em um elemento importante para a regular transição para o SEI: a regularização da comunicação dos usuários externos com os coordenadores e técnicos responsáveis pelo processo de defesa comercial por um endereço eletrônico oficial.

Ainda que a transição para o SEI implicar em um provável fim dos problemas de instabilidade no sistema experimentados atualmente, com a consequentemente necessidade de contato com os técnicos da D. SDCOM por outros meios, o IBRAC não vê qualquer prejuízo – muito pelo contrário – na criação de um endereço eletrônico oficial para desempenhar esse papel na remota possibilidade de falhas no sistema.

Para além das específicas situações de instabilidade, possíveis problemas relacionados à eliminação automática dos documentos em razão do limite de uma hora para realização do protocolo, podem gerar ônus excessivo e prejuízo às partes em razão da obrigatoriedade estrita de protocolo pelo sistema, podendo prejudicar o andamento do processo de defesa comercial e o exercício do contraditório e ampla defesa nos autos.

Desse modo, a criação de um canal único, devidamente institucionalizado pela Portaria em questão, permitiria que as partes se resguardassem contra eventuais imprevistos e falhas inerentes ao processo digital. Um endereço eletrônico oficial seria importante para garantir a tempestividade dos protocolos em caso de instabilidade do SEI, promovendo segurança jurídica e previsibilidade para as partes em processos de defesa comercial. O IBRAC, portanto, sugere que seja estabelecido um procedimento expresso em caso de impossibilidade técnica do SEI, bem como um canal direto para que as partes interessadas possam notificar a ocorrência de um problema no sistema, oportunidade em que, a partir de tal notificação, os prazos processuais seriam imediatamente suspensos.

1. **Conclusões**

Considerando os fatores expostos acima, especialmente no que concerne à adaptabilidade das ferramentas oferecidas pelo SEI e a viabilidade da transição entre os sistemas, entendemos que as funcionalidades do SEI suprem e até mesmo aprimoram as funcionalidades existentes no SDD atualmente.

Apesar de preocupações pontuais relacionadas à assinatura por certificado digital e outros fatores associados à operação do SEI, o IBRAC entende que as soluções já propostas, e eventualmente outras a serem desenvolvidas em conjunto com esta D. Subsecretaria, são aptas a responder às novas especificações do sistema, de forma a promover a plena participação e exercício dos direitos processuais das partes em processos de defesa comercial.

Desse modo, este Instituto expressa seu apoio à proposta de transição do sistema SDD para o SEI, seguro de que as demandas dos processos de defesa comercial que tramitam perante esta D. Subsecretaria serão integralmente contempladas e aprimoradas através do uso do SEI.

\* \* \*

1. SDCOM, Estudo de Viabilidade, página 1. [↑](#footnote-ref-1)
2. SDCOM, Estudo de Viabilidade, páginas 37 e 38. [↑](#footnote-ref-2)
3. SDCOM, Estudo de Viabilidade, página 20. [↑](#footnote-ref-3)
4. SDCOM, Estudo de Viabilidade, página 20. [↑](#footnote-ref-4)
5. Art. 58. Será assegurado a todas as partes interessadas o direito de vistas aos autos restritos do processo.

   § 1º As vistas das informações constantes dos autos restritos se darão mediante solicitação escrita, por meio de consulta aos autos do processo na sede do DECOM ou por acesso eletrônico.

   § 2º O acesso eletrônico será autorizado mediante concessão de senha de acesso individual às partes interessadas, (...). [↑](#footnote-ref-5)
6. Art. 6.3 toda informação de natureza confidencial (seja, por exemplo, porque a sua divulgação poderia trazer vantagem significativa para um concorrente ou porque poderia ter efeito prejudicial ao informante ou à pessoa de quem essa informação foi obtida) ou que tenha sido prestada em caráter confidencial pelos interessados em uma investigação antidumping deverá, mediante prévia justificação, ser considerada como tal pelas autoridades investigadoras. (...) [↑](#footnote-ref-6)
7. SDCOM, Estudo de Viabilidade, página 21. [↑](#footnote-ref-7)
8. SDCOM, Estudo de Viabilidade, página 2. [↑](#footnote-ref-8)
9. SDCOM, Estudo de Viabilidade, página 53. [↑](#footnote-ref-9)
10. SDCOM, Estudo de Viabilidade, página 54. [↑](#footnote-ref-10)
11. SDCOM, Minuta de Portaria, Art. 3º, parágrafo único. [↑](#footnote-ref-11)
12. SECEX, Portaria nº 30 de 7 de junho de 2018. Art. 4º Todos os atos processuais serão assinados digitalmente com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, de forma a manter a integridade, a autenticidade, a interoperabilidade e, quando necessário, a confidencialidade dos documentos.

    Art. 17. O uso de meio eletrônico será admitido nos procedimentos relativos às investigações de defesa comercial, conforme estabelecido em regulamentação da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, devendo todos os atos processuais ser assinados digitalmente com o emprego de certificação digital emitida no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. [↑](#footnote-ref-12)
13. SDCOM, Estudo de Viabilidade, página 49. [↑](#footnote-ref-13)
14. SDCOM, Estudo de Viabilidade, nota de rodapé 42, página 49. [↑](#footnote-ref-14)
15. SEI/ME, Cadastro de Usuário Externo, Disponível em:

    <https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0>. [↑](#footnote-ref-15)
16. Art. 195. O registro de ato processual eletrônico deverá ser feito em padrões abertos, que atenderão aos requisitos de autenticidade, integridade, temporalidade, não repúdio, conservação e, nos casos que tramitem em segredo de justiça, confidencialidade, observada a infraestrutura de chaves públicas unificada nacionalmente, nos termos da lei. [↑](#footnote-ref-16)
17. SEI/ME, Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei/arquivos/termo-de-declaracao-usuario-externo-sei-8.pdf>. [↑](#footnote-ref-17)
18. Art. 17. O uso de meio eletrônico será admitido nos procedimentos relativos às investigações de defesa comercial, conforme estabelecido em regulamentação da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, devendo todos os atos processuais ser assinados digitalmente com o emprego de certificação digital emitida no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. [↑](#footnote-ref-18)
19. De acordo com a Cartilha do Usuário Externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), os documentos a serem protocolados deveriam respeitar os limites de 30 MB e o usuário não poderia ultrapassar o prazo de uma hora entre a submissão do primeiro e do último documento do protocolo, em razão uma hora entre o carregamento do primeiro documento e o último, em razão da eliminação automática dos arquivos carregados e não concluídos nesse limite de tempo. Vide páginas 21 e 22 da Cartilha, disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei/comunicados/arquivos-noticias/00-cartilha_usuario_externo_sei.pdf> [↑](#footnote-ref-19)
20. SDCOM, Estudo de Viabilidade, página 52. [↑](#footnote-ref-20)